



EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ERECHIM/RS, 02 de março de 2021.

Examinei a documentação desta Licitação e EXARO parecer favorável à abertura da mesma. ERECHIM/RS, 02 de março de 2021.

**MAICON GIRARDI PASQUALON
CPF N.º 020.590.190-52
OAB/RS 89.469**

CARLOS ALBERTO BORDIN
Presidente do CIRAU

Solicitamos sua autorização para procedermos a abertura de Licitação por:

CARTA CONVITE	()
TOMADA DE PREÇO	()
CONCORRÊNCIA	()
PREGÃO ELETRÔNICO	(X)
REGISTRO DE PREÇOS	(X)

Conforme discriminação abaixo:

PROTOCOLO N.º: 002/2021

OBJETO DA LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO DO TIPO "MENOR PREÇO POR ITEM", PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E AOS QUE VIEREM A ADERIR AO CIRAU.

Autorizo a abertura do Processo de Licitação.

ERECHIM/RS, 02 de março de 2021.

CARLOS ALBERTO BORDIN
Presidente do CIRAU



SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

COMUNICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGOEIRO OFICIAL: **IVONIR SANTOLIN**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º: **002/2021**

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **15 DE MARÇO DE 2021.**

MODALIDADE: **PREGAO ELETRÔNICO – “REGISTRO DE PREÇOS”**

OBJETIVO: **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO DO TIPO “MENOR PREÇO POR ITEM”, PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E AOS QUE VIEREM A ADERIR AO CIRAU.**

DATA DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO: **02 de março de 2021.**

ERECHIM/RS, 02 de março de 2021.

**SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES****REGISTRO DE LICITAÇÃO PARA CONHECIMENTO DE INTERESSADOS**

NUMERO DO PROTOCOLO	002/2021
MODALIDADE	PREGÃO ELETRÔNICO-REGISTRO DE PREÇOS
DATA DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL LOCAIS DE PUBLICAÇÃO	03 de março de 2021 DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO JORNAL BOM DIA SITE WWW.CIRAU.COM.BR SITE PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS WWW.PORTALDECOMPRASPUBLICAS.COM.BR
DATA DE INICIO DE REGISTRO DAS PROPOSTAS NO SISTEMA	03 de março de 2021 – 08:59 HORAS
DATA FINAL DO REGISTRO DAS PROPOSTAS	15 de março de 2021 – 08:59 HORAS
ABERTURA E IMPRESSÃO DAS PROPOSTAS	15 de março de 2021 – 09:00 HORAS
LOCAL DE ABERTURA	SITE WWW.PORTALDECOMPRASPUBLICAS.COM.BR

MOTIVO:

PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO “MENOR PREÇO POR ITEM”, NA MODALIDADE “REGISTRO DE PREÇOS” PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONserto DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS OU DOS QUE VIEREM A ADERIR.

ERECHIM/RS, 02 de março de 2021.

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

IVONIR SANTOLIN
Pregoeiro Designado do CIRAU

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021****MODALIDADE DA LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS**

PROCEDIMENTO REGIDO PELA LEI Nº 8.666, de 21 de junho de 1993; LEI Nº 10.520 de 17 de julho de 2002; Decreto Estadual nº 42.020/02, e **Resolução CIRAU n. 001/2019**.

De acordo com o Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal da Região do Alto Uruguai, Carlos Alberto Bordin o Presidente do CIRAU, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021, DO TIPO "MENOR PREÇO POR ITEM", NA MODALIDADE "REGISTRO DE PREÇOS" PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E DOS QUE VIEREM A ADERIR, COM VIGÊNCIA DE ATÉ 365 DIAS.**

Nos Termos da Previsão que faz parte do presente Edital, como Anexo I, PARA O PERÍODO DE ATÉ 365 DIAS, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br em conformidade com as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, **Resolução CIRAU Nº 01/2019** e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, bem como as condições a seguir estabelecidas.

1 – LOCAL, DATA E HORA

1.1 – A sessão pública será realizada no site, www.portaldecompraspublicas.com.br, com início no **dia 15 de março de 2021**, com início às **09:00 horas**, horário de Brasília – DF.

1.2 – Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1., até as 10:59 horas do mesmo dia.

1.3 – Ocorrendo decretação de feriado, ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

1.4 – O presente Edital está disponível no site www.cirau.com.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

2 – DO OBJETO

2.1 – Constitui objeto da presente Licitação a seleção de propostas para o **REGISTRO DE PREÇOS**, visando à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO, conforme estimativa, descrição e especificação constante no Anexo I – Termo de Referência ao presente Edital** e terá a validade para o período de até 365 DIAS.

3 – DA PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar desta Licitação as Pessoas Jurídicas que atenderem a todas as exigências deste Edital e seu Anexo e estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão provedor do Sistema, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br

3.2 – Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do Sistema Eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.3 – A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854 de 27 de Outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

3.4 – Não serão admitidas a participação de empresas que se encontrem em **Processo de Falência, sob Concurso de Credores, Dissolução ou Liquidação**, que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

3.5 – Não poderá participar da Licitação a Licitante que esteja cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93;



3.6 – Fazem parte do **Processo Licitatório, REGISTRO DE PREÇOS n° 002/2021**, os municípios consorciados do **CIRAU – Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai**, a saber: Aratiba, Centenário, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Quatro Irmãos, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Ponte Preta, Severiano de Almeida, ou ainda a outros entes que venham a se associar no período de vigência do presente certame.

4 – REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1 – Para participar do Pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema **“PREGÃO ELETRÔNICO”**, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br

4.2 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

4.3 – O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.4 – O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CIRAU, promotor da Licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5 – REMESSA DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1 – Após o cadastro do Edital no sistema da www.portaldecompraspublicas.com.br todos os licitantes vencedores de itens deverão enviar a documentação exigida nesse Edital ao endereço indicado, no prazo máximo de **05 (cinco)** dias úteis. Caso os respectivos participantes não efetuarem a remessa da documentação exigida, serão automaticamente desclassificados.

5.2 – A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequentemente encaminhamento da proposta de preços, contendo marca do produto, valor unitário e valor total por item e demais informações necessárias, até o horário previsto no item 1.2.

5.3 – A proposta de preços será formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do **Sistema Eletrônico**.

5.4 – O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.5 – Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico.

5.6 – Os itens de propostas que eventualmente contemplem o produto que não corresponde às especificações contidas no **ANEXO I**, deste Edital, serão desconsideradas;

5.7 – Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

a) **Valor do item**, em moeda corrente nacional, em algarismo como o máximo de **02 (duas)** casas decimais, após a vírgula.

b) Na proposta de preço apresentada devem ser contemplados todos os custos inerentes à contratação, tais como transporte, seguro, tributos e demais obrigações atinentes.

c) Prazo de validade das propostas deverá ser de até **365 dias**, a contar da data da sessão deste **Pregão Eletrônico**, com ressalva no caso de haver alterações que elevem ou diminuam os custos dos serviços ou bens



registrados, quando o preço poderá sofrer alterações, cabendo ao Órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

d) A efetivação das compras dos itens ou prestação dos serviços constantes no **REGISTRO DE PREÇOS** junto às empresas fornecedoras será feita conforme a necessidade dos municípios consorciados, podendo ser requeridos dentro do período previsto de até **365 dias**;

e) Prazo de Entrega: A prestação de serviço será dada por chamada efetuada pelo município consorciado quando necessitar do serviço, e o prazo para a execução será de no máximo **72 (setenta e duas horas)** após a efetivação da chamada com emissão da Autorização expedida diretamente pelo Departamento de Compras de cada município que aderir a Ata, dentro do Registro de Preços e conforme necessidade de cada município; enquanto o fornecimento dos produtos deverá se dar em até 05 (cinco) dias a contar da expedição e da Ordem de Compra ou Nota de Empenho pelo Município.

f) **O material necessário para a execução dos serviços será de responsabilidade exclusiva da contratada, devendo compor o valor de sua proposta de preços, com entrega no município quando da execução dos serviços.**

g) **Os Serviços de instalação e conserto da iluminação pública serão prestados pela empresa vencedora junto ao município consorciado em local definido pelo Município.**

h) **O Município consorciado, além do valor contratado pelo serviço, pagará à contratada, por chamada realizada e efetivada para conserto, o valor de R\$ 80,00 para Municípios distantes até 40 km da sede da empresa e R\$ 150,00 para Municípios com distância superior a 40 Km da sede da empresa.**

i) **A realização da chamada só deverá ocorrer quando houver no mínimo 10 (dez) pontos a serem consertados, substituídos e/ou instalados.**

j) **Todas as garantias que são relativas aos materiais deverão ser repassadas aos municípios.**

k) **Os licitantes deverão fornecer as garantias relativas aos serviços executados.**

l) **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado em uma única parcela, 30 dias após ser efetuada a entrega e prestação do serviço a cada município. O pagamento será efetuado mediante Crédito em Conta Corrente Bancária, através de transferência entre contas ou via boleto.

m) As Ordens de Fornecimento discriminarão quais itens e objetos serão destinados a cada Município consorciado, devendo a Nota Fiscal respectiva ser emitida em favor do Município beneficiário, sendo vedado ao licitante emitir qualquer Nota Fiscal relativa ao presente Registro de Preços em favor do CIRAU.

n) Os serviços objetos desta licitação deverão ser prestados na sede de cada Município licitante e consorciado, em local a ser indicado pelo mesmo, conforme sua solicitação, em horário comercial, de segundas a sextas-feiras.

o) Caso não cumpridas as exigências deste Edital, o fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes neste Edital, sem nenhum ônus para o Consórcio ou para os Municípios consorciados;

p) Em caso de devolução do(s) produto(s), por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a Contratada, devendo providenciar, no prazo máximo de **dois (02) dias úteis**, a sua substituição.

q) **O licitante vencedor, quando da emissão da nota fiscal, fica obrigado a informar ao Consórcio Cirau através do e-mail cirau@cirau.com.br as quantidades retiradas em cada item pelos municípios consorciados, sob pena de configurar descumprimento contratual e submeter o licitante às sanções definidas neste Edital.**

5.8 – Poderão ser admitidos pelo pregoeiro erros de naturezas formais, desde que não incorram em prejuízo aos demais licitantes.



5.9 – A planilha proposta TCE (anexo V) deverá ser devidamente preenchida, pela empresa VENCEDORA, com a proposta inicial cadastrada no portal de compras, disponibilizada e enviada via e-mail cirau@cirau.com.br à comissão de licitações após o encerramento da sessão de lances para o devido lançamento no Sistema LICITACON do Tribunal de Contas do Estado.

6 – ABERTURA DAS PROPOSTAS

6.1 – A partir do horário previsto no Edital e no sistema para cadastramento e encaminhamento da proposta inicial de preço, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

7 – FORMULAÇÃO DE LANCES/SESSÃO

7.1 – O Pregoeiro via sistema eletrônico, dará início a Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para cada item.

7.2 – Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), o licitante deverá encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

7.3 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR UNITÁRIO POR UNIDADE DE CADA PRODUTO/SERVIÇO**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.4 – Somente serão aceitos os lances cujos valores forem por menor valor total ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.5 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

7.6 – Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.7 – A etapa de lances da sessão pública será **encerrada por decisão do Pregoeiro**, mediante encaminhamento de aviso pelo sistema, sendo-lhe facultada a prorrogação. Após o encerramento feito pelo Pregoeiro transcorrerá o período randômico de até **15 (quinze)** minutos, determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.8 – No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 – Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá início somente após a comunicação expressa aos participantes.

7.9 – Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance com menor valor total do obtido, como decidir sobre a sua aceitação.

7.10 – Quando o proponente apresentar preço inexequível ou acima do valor de mercado, o CIRAU reserva-se no direito de não efetuar a compra do produto, por relevante interesse público.

8 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS APÓS ENCERRAMENTO DA DISPUTA

8.1 – Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor.

8.2 – Na hipótese da proposta ou do lance de menor preço não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance atenda o Edital.



8.3 – Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante vencedor, em razão das especificações indicada na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar, ao licitante, declaração expedida pela empresa, de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.

8.3.1 – Será analisado o menor preço/valor sobre os objetos requisitados pela administração.

8.3.2 – O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo pregoeiro, está sujeito à desclassificação do item proposto.

8.3.3 – Depois de encerradas todas as etapas da licitação, tais como propostas, lances, adjudicação e homologação, as empresas participantes não poderão mais cancelar itens, por quaisquer motivos, sob pena das sanções da legislação pertinente.

9 – HABILITAÇÃO

9.1 – A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos (item 5.1), **sendo que as originais /autenticadas deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis da data do encerramento dos lances:**

9.2 – Habilitação Jurídica:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações posteriores, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Cédula de identidades dos diretores;

9.3 – Documentação relativa à Qualificação Técnica:

- a) Atestado ou atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que expressamente consignem a aptidão da licitante para o satisfatório fornecimento dos produtos ou prestação dos serviços, pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.
- b) Cópia do Certificado de Responsabilidade Técnica, emitido pelo Conselho Regional competente, indicando o nome e nº de inscrição do profissional, no caso para empresas concorrentes a prestação de serviços de conserto;
- c) Demonstração da disponibilidade/propriedade de veículo tipo caminhão equipado com plataforma hidráulica para no mínimo 01 (uma) pessoa, conforme normas técnicas e de segurança, com capacidade de alcance necessário para a troca, substituição e instalação de lâmpadas ou veículo utilitário equipado com escada giratória com alcance para as funções do edital, nos casos de prestação de serviços de conserto.
- d) Para as luminárias de LED os licitantes vencedores deverão apresentar certificado de avaliação da conformidade, válido, de acordo com a Portaria nº 20 do INMETRO.
- e) Declaração informando o prazo de garantia dos serviços que serão executados, o qual não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

9.4 – Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstração Contábil do exercício social de 2019, já exigíveis e apresentáveis na forma da lei, vedada a sua substituição por balancete ou balanço provisório, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado a mais de três meses da data de apresentação da proposta;
- b) Certidão negativa de falência e concordata, emitida a menos de 60 (sessenta) dias da data de abertura da presente licitação.

9.5 – Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;



- c) Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual da Jurisdição Fiscal do estabelecimento licitante;
- d) Certidão do Fundo de Garantia por tempo de Serviço (**FGTS**);
- e) Certidão Negativa de Débito Municipal da Jurisdição Fiscal do estabelecimento licitante;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, junto à Secretaria do Ministério do Trabalho.
- g) Declaração, sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação em qualquer esfera de poder;
- h) Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto do inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal;

9.6 – A proposta vencedora, ajustada ao lance, juntamente com os documentos exigidos para habilitação, originais ou cópias autenticadas, deverão ser protocolizadas no CIRAU, na cidade de ERECHIM-RS, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** após o encerramento dos Lances (Disputa de Preços) - **HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS**, em envelope fechado e rubricado, sob pena de ser desclassificado, caso não seja cumprido o referido prazo, contendo as seguintes indicações no seu anverso:

**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL
AO CIRAU – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021 – REGISTRO DE PREÇOS**

NOME DA EMPRESA LICITANTE:

CNPJ:

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

9.6.1 – A proposta deverá estar devidamente assinada pelo sócio proprietário da empresa, ou seu representante legal, desde que seja anexada a respectiva procuração, em poderes específicos para este fim.

9.6.2 – A critério do Pregoeiro, esse prazo poderá ser prorrogado, desde que não haja prejuízo ao Órgão Público.

10 – IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 – As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.

10.2 – Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

10.3 – Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

11 – RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 – Caberá recurso nos casos previstos na Lei nº 10.520/02, devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

11.2 – A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante que sejam revistos pelo Pregoeiro.

11.3 – O licitante que manifestar a intenção de recurso e a mesma ter sido aceita pelo Pregoeiro disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias.

11.4 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro no licitante vencedor.

11.5 – O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.6 – O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



11.7 – Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por correios ou entregues pessoalmente.

11.8 – Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta licitação, o licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

12 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 – A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro, sempre que não houver recurso.

12.2 – A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

13 – RESPONSABILIDADES DO LICITANTE VENCEDOR

13.1 – Entregar o objeto licitado conforme especificações deste Edital e da Ordem de Fornecimento, em consonância com a proposta de preços apresentada pelo licitante;

13.2 – Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.3 – Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo **CONTRATANTE**;

13.4 – Arcar com eventuais prejuízos causados ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na entrega do objeto deste **REGISTRO DE PREÇOS**.

13.5 – Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos e supressões do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho, observados os limites previstos em Lei;

13.6 – Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusivas do licitante vencedor;

14 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 – Pelo descumprimento das condições estabelecidas no ajuste, a contratada fica sujeita as seguintes penalidades:

14.2 – Esgotado o prazo de entrega dos objetos licitados, será aplicada multa de **20% (Vinte por cento)** sobre o valor total do pedido de compra, independente do seu valor;

14.3 – Pela inexecução parcial do ajuste, multa de até **50% (cinquenta por cento)**, calculada sobre o valor do objeto não entregue;

14.4 – Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando da inexecução ocasionar prejuízos à Administração ou quando não enviadas ao CIRAU as Notas Fiscais expedidas após cada fornecimento aos Municípios consorciados;

14.5 – Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

14.6 – Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no processo licitatório, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;



14.7 – Todas as sanções serão devidamente precedidas do competente Processo Administrativo, garantindo-se ao licitante direito ao contraditório e à ampla defesa, sendo o Processo julgado pelo Presidente do CIRAU, e eventual Recurso Administrativo submetido a julgamento pela Assembleia Geral, nos termos do Estatuto do Consórcio.

15 – RESCISÃO

15.1 – A rescisão das obrigações, decorrentes do presente **Pregão Eletrônico – REGISTRO DE PREÇOS** se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

16 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 – Os recursos financeiros correrão por conta da dotação de cada município que aderir a ata.

17 – PAGAMENTO

17.1 – O pagamento será efetuado em uma única parcela, 30 (trinta) dias após ser efetuada a entrega e prestação do serviço a cada município. O pagamento será efetuado mediante Crédito em Conta Corrente Bancária, através de transferência entre contas ou via boleto.

17.2 – Não será efetuado qualquer pagamento ao Adjudicatário enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência.

18 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 – Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer Ente Público Municipal da Região do Alto Uruguai, ainda que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do CIRAU.

18.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o CIRAU e participantes originários.

18.3 – As aquisições ou contratações adicionais decorrentes da adesão não poderão exceder ao quádruplo dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o CIRAU e participantes originários, independentemente do número de Entes não participantes que aderirem.

18.4 – As aquisições ou as contratações adicionais decorrentes da adesão não poderão exceder, por Ente aderente, ao dobro dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o CIRAU e participantes originários.

18.5 – Compete ao Ente não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao CIRAU.

19 – DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – É facultado ao Pregoeiro, auxiliado pela Comissão de Licitações e Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta;

19.2 – O objeto da presente licitação não poderá sofrer acréscimos ou supressões de acordo com o artigo 65, § 1º, da lei nº 8.666/93, sem prejuízo da possível Adesão prevista no item “18” deste Edital;

19.3 – A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão Eletrônico, sujeitando-se, o licitante, às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei nº 8.666/93;



19.4 – Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, servidores do CIRAU;

19.5 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

19.6 – O CIRAU não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do Adjudicatário a terceiros, técnicos ou quaisquer outros.

19.7 – Não havendo expediente no CIRAU na data marcada, a sessão realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e local;

19.8 – O CIRAU se reserva o direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie;

19.9 – Caso os Municípios Consorciados assim entendam conveniente, poderão lavrar com os licitantes vencedores os competentes Contratos Administrativos (Anexo IV) pelos preços derivados da Ata de Registro de Preços, caso em que o instrumento será regido exclusivamente pelas normas constantes da Lei nº 8.666/93, e não mais pela Resolução CIRAU nº 01/2019.

19.10 – Impedimentos de Participação na Licitação:

No ato de credenciamento também são verificados os eventuais impedimentos dos Licitantes:

- a) Objeto incompatível com o objeto social da empresa: As pessoas jurídicas somente podem exercer as atividades previstas em seu objeto social, portanto, não podem participar da licitação as empresas em cujo ato constitutivo não conste o objeto licitado;
- b) Empresas coligadas ou com os mesmos sócios: Com base nos princípios da moralidade e competitividade não se pode admitir que uma mesma sociedade possa competir contra si mesma, conforme o §3º do Artigo 3º da Lei nº 8.666 – 1993, que veda a quebra do sigilo das propostas até a abertura das mesmas;
- c) Servidor ou dirigente do Órgão;
- d) Autor do projeto básico ou executivo;
- e) O licitante declarado inidôneo ou impedido de contratar com a Administração de qualquer esfera.

20 – INTEGRA ESTE EDITAL

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA - OBJETO

ANEXO II – PROCESSO ADMINISTRATIVO N º 002/2021.

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021

ANEXO IV – MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO

ANEXO V – OBJETO: ESTIMATIVA INTEGRAL DOS ITENS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS A TEREM PREÇOS REGISTRADOS NO SITE www.portaldecompraspublicas.com.br

ANEXO VI – A PLANILHA PROPOSTA TCE (ANEXO V - DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD NO SITE www.portaldecompraspublicas.com.br) DEVERÁ SER DEVIDAMENTE PREENCHIDA, PELA EMPRESA VENCEDORA, COM A PROPOSTA INICIAL CADASTRADA NO PORTAL DE COMPRAS, DISPONIBILIZADA E ENVIADA VIA E-MAIL cirau@cirau.com.br À COMISSÃO DE LICITAÇÕES APÓS O ENCERRAMENTO DA SESSÃO DE LANCES PARA O DEVIDO LANÇAMENTO NO SISTEMA LICITACON DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA - OBJETO**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTI-DADE	UN	VALOR DE REFERÊNCIA
1.	ABRAÇADEIRA CIRCULAR PARA POSTE CINTA CIRCULAR 1/4X38X170MM C/ 02 PARAFUSOS	450	UN	23,64
2.	ABRAÇADEIRA CIRCULAR PARA POSTE CINTA CIRCULAR 1/4X38X190MM C/ 02 PARAFUSOS	480	UN	24,54
3.	ABRAÇADEIRA CIRCULAR PARA POSTE CINTA CIRCULAR 1/4X38X200MM C/ 02 PARAFUSOS	390	UN	26,04
4.	ABRAÇADEIRA CIRCULAR PARA POSTE CINTA CIRCULAR 1/4X38X220MM C/ 02 PARAFUSOS	315	UN	26,21
5.	ABRAÇADEIRA CIRCULAR PARA POSTE CINTA CIRCULAR 1/4X38X240MM C/ 02 PARAFUSOS	465	UN	28,14
6.	ABRAÇADEIRA CIRCULAR PARA POSTE CINTA CIRCULAR 1/4X38X260MM C/ 02 PARAFUSOS	330	UN	30,06
7.	BASE GIRATÓRIA PARA RELÉ PADRÃO ABNT	300	UN	8,34
8.	BRAÇO CURVO PARA LUMINÁRIA PÚBLICA TIPO BR-2 3 MT, GALVANIZADO A FOGO	105	UN	96,00
9.	BRAÇO CURVO PARA LUMINÁRIA PÚBLICA, 1 M, GALVANIZADO A FOGO	105	UN	34,80
10.	BRAÇO CURVO PARA LUMINÁRIA PÚBLICA, 1,5M, GALVANIZADO A FOGO	105	UN	48,00
11.	BRAÇO RETO PARA LUMINÁRIA PÚBLICA, 1 M, GALVANIZADO A FOGO	105	UN	34,80
12.	BRAÇO RETO PARA LUMINÁRIA PÚBLICA, 1,50 M, GALVANIZADO A FOGO	105	UN	48,00
13.	CABO FLEXÍVEL 1,5MM, ROLO COM 100 M	12000	M	1,25
14.	CABO FLEXÍVEL 2,5MM, ROLO COM 100 M	12000	M	1,40
15.	CABO FLEXÍVEL 3X1,5MM, ROLO COM 100 M	12000	M	1,55
16.	CHAPÉU PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PRISMÁTICO COM PROTEÇÃO EM ACRÍLICO, E40, LÂMPADA ATÉ 400W, BRAÇO 47 A 52MM	105	UN	74,40
17.	CHAPÉU PARA LUMINÁRIA PÚBLICA COM GRADE PARA LAMPADA ATÉ 150W, E27	105	UN	70,80
18.	CHAPÉU PARA LUMINÁRIA PÚBLICA COM GRADE PARA LAMPADA ATÉ 250W, E40	105	UN	74,40
19.	CHAPÉU PARA LUMINÁRIA PÚBLICA COM GRADE PARA LAMPADA ATÉ 400W, E40,	105	UN	74,40
20.	CONECTOR CUNHA RAMAL TIPO III, IV E V	105	UN	4,68
21.	CONECTOR PERFURANTE PRINCIPAL 10-70MM ² DERIVAÇÃO 1,5-10MM ²	105	UN	6,60
22.	CONECTOR PERFURANTE PRINCIPAL 16-120MM ² DERIVAÇÃO 4-35MM ²	105	UN	6,24
23.	CONECTOR UNIVERSAL BIMETÁLICO	105	UN	6,24
24.	FOTO CÉLULA PARTIDA RÁPIDA CONTATOS SOLDADOS, TENSÃO 220V, COM ENGATE RÁPIDO, FECHAMENTO DA CARÇAÇA COM PARAFUSO, POTÊNCIA 1000W, GARANTIA DE NO MÍNIMO 24 MESES A CONTAR DO PRAZO DE ENTREGA	105	UN	26,88
25.	LÂMPADA MERCÚRIO 250W DIF E40 POTÊNCIA 250W	135	UN	19,08
26.	LÂMPADA MERCÚRIO 400W DIF E40 POTÊNCIA 400W	210	UN	19,08
27.	LÂMPADA MISTA 250W OVÓIDE DIF E27 POTÊNCIA 250W, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 3.150(LM), COM APROVAÇÃO DO INMETRO	225	UN	30,60
28.	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400W METALICA TUBULAR BRANCA, BASE E40, POTÊNCIA 400W, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 35.000(LM), VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 12.000 HORAS, VIDRO EXTERNO TRANSPARENTE, TEMPERATURA DA COR MÍNIMA DE 5.000K	300	UN	37,44
29.	LÂMPADA VAPOR SÓDIO 150W DIF E40 POTÊNCIA 150W FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 17.200(LM), VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 32.000 HORAS, COM APROVAÇÃO DO INMETRO	300	UN	31,92
30.	LÂMPADA VAPOR SÓDIO 250W DIF E40 POTÊNCIA 250W, E FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 26.000(LM), VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 24.000 HORAS, COM APROVAÇÃO DO INMETRO	135	UN	31,92
31.	LÂMPADA VAPOR SÓDIO 70W DIF E27, FM 6220, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 90(LM), VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 28.000 HORAS	330	UN	26,88
32.	LUMINÁRIA LED SMD 135W BRANCO FRIO, FLUXO LUMINOSO INICIAL MÍNIMO DE 20.500 LM, EFICIÊNCIA MÍNIMA DE 150 LM/W, TEMPERATURA DE COR DE 4.000 K, COMPLETAMENTE MONTADA, COM RELÉ FOTO CONTROLADOR ELETRÔNICO PARA CONTROLE AUTOMÁTICO DE ILUMINAÇÃO CORPO EM POLICARBONATO E CONTATO 3 PINOS, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: TENSÃO DE ENTRADA 105~305 V, GRAU DE PROTEÇÃO IP-67, INVÓLUCRO COM PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV, FREQUÊNCIA DE ENTRADA 50 OU 60 HZ, CONTATOS DE CARGA COM CAPACIDADE PARA 14.000 OPERAÇÕES OU MAIS, 5 A 15 LUX PARA LIGAR, 30 LUX PARA DESLIGAR, TEMPERATURA DE TRABALHO DE -5°C A +50°C, CONSUMO MÁXIMO 0,92W, PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO COM VARISTOR TIPO 160J, MÁXIMA POTÊNCIA DE COMANDO: 1000W OU 1800VA, GARANTIA DO PRODUTO DE 5 ANOS. OBS. AS LUMINÁRIAS SERÃO DO TIPO PÚBLICA COM TECNOLOGIA LED, EQUIPADAS OBRIGATORIAMENTE COM CHIP SMD (NÃO SENDO ACEITA LUMINÁRIAS COM CHIP ON BOARD-COB). COM ALIMENTAÇÃO DOS LEDS EM CORRENTE CONTÍNUA (DC), VIDA ÚTIL DO CONJUNTO 50.000 HORAS @L70 COM DECLARAÇÃO DE GARANTIA DAS LUMINÁRIAS LED, POR DEFEITO DE FABRICAÇÃO, PELO PRAZO MÍNIMO DE 05 (CINCO) ANOS, EXPEDIDA E ASSINADA PELO FABRICANTE DA LUMINÁRIA E COM CERTIFICAÇÃO CONFORME PORTARIA 20 DO INMETRO. AINDA DEVERÁ ATENDER AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES, SENDO ACEITA A TOLERÂNCIA DE 10%, PARA MAIS OU PARA MENOS. EM RELAÇÃO A POTÊNCIA MÁXIMA E FLUXO LUMINOSO MÍNIMO, COM BASE NOS DADOS DECLARADOS PELA PORTARIA 20 DO INMETRO: DRIVER COM SAÍDA EM CORRENTE/TENSÃO CONTÍNUA (DC) COM NO MÍNIMO 89% DE EFICIÊNCIA COM TENSÃO DE ENTRADA EM 120V; TENSÃO DE ENTRADA 100~250 VCA (FULL RANGE); FREQUÊNCIA DE ENTRADA 60 HZ; CONTROLE DE CORRENTE EM MALHA FECHADA; BASE PARA RELÉ FOTO ELETRÔNICO 7 PINOS; DRIVER DIMERIZÁVEL PADRÃO 1-10V; CORPO FABRICADO EM ALUMÍNIO INJETADO OU EXTRUDADO; ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR CINZA; LENTES DOS LEDS EM POLICARBONATO, SEM DEMAIS REFRACTORES; TEMPERATURA	105	UN	639,02



	AMBIENTE DE OPERAÇÃO -25°C A 45°C ± 5°C; PROTETOR DE SURTOS 10KV/10KA INTEGRADO AO CORPO DA LUMINÁRIA; CABO DE PROTEÇÃO PE PARA ATERRAMENTO.			
33.	PARAFUSO GALVANIZADO 5/8 300MM COM PORCA E ARRUELA QUADRADA	285	UN	10,14
34.	PARAFUSO PARA POSTE GALVANIZADO DE 1/2X300MM COM PORCA	345	UN	10,14
35.	REATOR DE MERCÚRIO 250W PARA USO EXTERNO, FATOR DE POTÊNCIA 0,92, 220V, 60HZ, GARANTIA MÍNIMA DE 03 ANOS, COM APROVAÇÃO DO INMETRO	135	UN	65,94
36.	REATOR DE MERCÚRIO 400W PARA USO EXTERNO, FATOR DE POTÊNCIA 0,92, 220V, 60HZ, GARANTIA MÍNIMA DE 03 ANOS, COM APROVAÇÃO DO INMETRO	30	UN	60,00
37.	REATOR VAPOR DE SÓDIO 150W, PARA USO EXTERNO, PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO A ALTA PRESSÃO DE 150W, GARANTIA MÍNIMA DE 03 ANOS COM APROVAÇÃO DO INMETRO	330	UN	60,00
38.	REATOR VAPOR DE SÓDIO 250W, FABRICAÇÃO NACIONAL FATOR DE POTÊNCIA SUPERIOR A 0,9, TENSÃO 220, 60HZ, PARA USO EXTERNO, PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO A ALTA PRESSÃO DE 250W, GARANTIA MÍNIMA DE 03 ANOS COM APROVAÇÃO DO INMETRO	75	UN	67,20
39.	REATOR VAPOR DE SÓDIO 70W, PARA USO EXTERNO, PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO A ALTA PRESSÃO DE 70W, GARANTIA MÍNIMA DE 03 ANOS COM APROVAÇÃO DO INMETRO	75	UN	48,00
40.	REATOR VAPOR METÁLICO 400W PARA USO EXTERNO, FATOR DE POTÊNCIA 0,92, 220V, 60HZ, GARANTIA MÍNIMA DE 03 ANOS, COM APROVAÇÃO DO INMETRO	75	UN	80,40
41.	SOQUETE DE PORCELANA E27 PARA ILUMINÁRIA PÚBLICA	195	UN	7,33
42.	SOQUETE DE PORCELANA E40 PARA ILUMINÁRIA PÚBLICA	195	UN	7,61
43.	SUPORTE PARA FOTOCELULAS COM BASE GIRATÓRIA	195	UN	3,59
44.	CONSERTO E INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA: MÃO DE OBRA PARA CONSERTO OU INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, POR PONTO, INDEPENDENTE SE FOR CONSERTO OU NOVA INSTALAÇÃO, EM TODO O TERRITORIO DO MUNICÍPIO, COM TODOS OS ITENS DE SEGURANÇA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS.	1	UN	105,60

**ANEXO II****PROCESSO ADMINISTRATIVO N ° 002/2021****PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 002/2021****ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO, NA MODALIDADE DE "REGISTRO DE PREÇOS"**

O Presidente do CIRAU - Consórcio Intermunicipal da Região do Alto Uruguai, no uso de suas atribuições legais, determina a abertura de Processo Administrativo visando à execução de procedimento PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO, através de Pregão Eletrônico, na modalidade "REGISTRO DE PREÇOS".

Comunique-se aos municípios integrantes do CIRAU para que os mesmos encaminhem suas previsões **PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO**, para o **período de até 365 dias**, junto ao CIRAU, bem como seus respectivos interesses em participar do referido certame, o que deverá ser por escrito.

Havendo um número mínimo de entes federativos interessados em participar do certame, com previsões de compras encaminhadas ao CIRAU, promova-se a abertura do competente "Pregão Eletrônico".

Publique-se.

ERECHIM/RS, 02 de março de 2021.

CARLOS ALBERTO BORDIN
Presidente do CIRAU

**ANEXO III - MINUTA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021**

Aos _____, na sede do CIRAU, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ nº 11.074.898/0001-69, situada na Rua Santos Dumont, nº 370, Bairro São Cristóvão em Erechim/RS, CEP 99.709-370, neste ato representado por seu Presidente Sr. Carlos Alberto Bordin, portador da CI 4063312864 e CIC nº 740.787.710-68, tendo como partícipes o CIRAU – Consórcio Intermunicipal da Região do Alto Uruguai, compreendendo os Municípios de Aratiba, Centenário, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Florianópolis, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Quatro Irmãos, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Ponte Preta, Severiano de Almeida, ou ainda a outros entes que venham a se associar no período de vigência do presente certame.

RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DA(S) EMPRESA(S): _____, CNPJ nº _____, estabelecida na cidade de _____, na Rua _____, nº _____, que apresentou os documentos exigidos por lei, adiante denominado(s) de Fornecedor(es) Beneficiário(s), neste ato representado(s) pela Sr. _____, portadora do CPF nº _____ e da cédula de identidade nº _____, nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 3.931/01, e suas alterações e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão para **Registro de Preços nº 002/2021**, conforme **Ata de Julgamento de Preços publicado no Site Oficial da Entidade**, tendo sido os referidos preços oferecidos pelo(s) Fornecedor(es) Beneficiário(s) classificado(s) no certame acima numerado, em 1º lugar no quadro, conforme abaixo:

Item	Descrição dos Produtos	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONserto DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO**, de acordo com as especificações e quantidades definidas no Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2021, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar, por item, conforme consta nos autos do processo anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A validade da Ata de Registro de Preços será de **até 365 dias**, a partir da sua assinatura, durante o qual o CIRAU não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo **Sistema de Registro de Preços**, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser usada pelo CIRAU, ou órgãos interessados em participar, em qualquer tempo, desde que autorizados pelo CIRAU. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº 002/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão nº 002/2021, pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – LOCAIS/PRAZO DE ENTREGA/NOTA FISCAL

- a) Os produtos deverão ser entregues e os serviços prestados conforme Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento, sendo as Notas Fiscais emitidas em favor de cada Município beneficiário, conforme discriminado em tal Ordem, **sendo vedado ao contratado emitir Nota Fiscal em favor do CIRAU**.
- b) Prazo de Entrega: A prestação de serviço será dar por chamada efetuada pelo município consorciado quando necessitar do serviço, devendo esta ser quinzenal, com no mínimo 10 (dez) pontos a serem executados e o prazo para a execução será de no máximo **72 (setenta e duas horas)** após a efetivação da chamada com emissão da Autorização expedida diretamente pelo Departamento de Compras de cada Município que aderir a Ata, dentro do Registro de Preços e conforme necessidade de cada município; enquanto o fornecimento dos produtos deverá se dar em até 05 (cinco) dias a contar da expedição e da Ordem de Compra ou Nota de Empenho pelo Município.



- c) O Município consorciado, além do valor contrato pelo serviço, pagará a contratada, por chamada realizada e efetivada para conserto, o valor de R\$ 80,00 para Municípios distantes até 40 km da sede da empresa e R\$ 150,00 para Municípios com distância superior a 40 Km da sede da empresa.
- d) Local e Horário de entrega: O material necessário e os serviços de instalação e conserto da iluminação pública serão entregues e prestados pela empresa vencedora junto ao Município consorciado em local por este definido.
- e) Todas as garantias dos materiais deverão ser repassadas aos municípios, bem como a garantia dos serviços executados.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da entrega e aceite do objeto ao município. O pagamento será efetuado mediante transferência entre contas ou via boleto.

No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo o CIRAU por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes e o prazo de pagamento será contado da data de reapresentação do documento corretamente preenchido.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES

As penalidades contratuais são as previstas no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigo 28 do Decreto n. 5.450/2005. Além do previsto no *caput* desta cláusula, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços e pela verificação de quaisquer das situações prevista no art. 78, incisos I a XI e XVIII da Lei nº 8.666/93, garantida a defesa prévia ao contratado, a administração poderá aplicar as seguintes penalidades:

- Advertência**, por escrito, inclusive registrada no cadastro específico (SICAF);
- Esgotado o prazo de entrega dos produtos, será aplicada **multa de 20%(vinte por cento)** sobre o valor total do pedido de compra, independente do seu valor;
- Suspensão temporária** do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando da inexecução ocasionar prejuízos à Administração **ou quando não enviadas ao CIRAU as Notas Fiscais expedidas após cada Ordem de Fornecimento expedida pelos Municípios consorciados;**
- Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no processo licitatório, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará pelo prazo de até 05 (cinco) anos **impedido de contratar** com a Administração Pública, sem prejuízos das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;
- Se o valor da multa não for pago, ou depositada, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer *jus*. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei nº 9.069, de 29.6.1995 e legislação pertinente, é vedado qualquer reajustamento de preços, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, exclusivamente em relação à redução dos preços praticados no mercado.

Ocorrendo eventual majoração superveniente dos custos do fornecedor, de modo que o valor de custo supere o próprio valor registrado em Ata, devidamente comprovada por documentos hábeis, a Administração intimará os próximos classificados no certame para averiguar a possibilidade de fornecer o produto ou prestar os serviços pelo preço registrado. Não havendo interessados, cancelará a Ata e iniciará outro procedimento licitatório. Nesse caso, Notas de Empenho ou Ordens de Fornecimento emitidas pelos Municípios previamente à informação ao CIRAU acerca da majoração dos custos pelo fornecedor deverão ser cumpridas, sob pena de aplicação das sanções definidas nesta Ata. Esse parágrafo não se aplica no caso de o Município e o fornecedor terem firmado o competente Contrato Administrativo, caso em que se aplicam integralmente as disposições do art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93 também para a hipótese de majoração dos custos do fornecedor.



Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, os fornecedores registrados serão convocados pelo CIRAU para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A **Ata de Registro de Preços** será cancelada por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e por iniciativa da administração quando caracterizado o interesse público.

O fornecedor terá seu registro na Ata de Registro de Preços cancelado:

I - a pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir com as suas exigências por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

II - por iniciativa do órgão ou entidade usuário, quando:

a) não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;

b) não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos de compra decorrentes da Ata de Registro de Preço, sem justificativa aceitável.

III - por iniciativa do órgão ou entidade responsável, quando:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

O cancelamento do registro do fornecedor será devidamente autuado no respectivo processo administrativo e ensejará aditamento da Ata pelo órgão ou entidade responsável, que deverá informar aos demais fornecedores registrados a nova ordem de registro.

Em qualquer hipótese de cancelamento de registro é assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DOS INTEGRANTES

Integram esta Ata, o Edital do **Pregão nº 002/2021** e a proposta das empresas classificadas em 1º lugar:

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ADESÃO

A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer Ente Público Municipal da Região do Alto Uruguai, ainda que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do CIRAU.

Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o CIRAU e participantes originários, bem como os limites de acréscimo de quantitativos decorrente da adesão previstos no Edital.

Eventuais penalidades decorrentes do descumprimento da Ata quanto a Entes aderentes serão apuradas e aplicadas diretamente pelos próprios aderentes, respeitados o contraditório e a ampla defesa, com posterior comunicação das ocorrências ao CIRAU.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

O foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem da utilização da presente ATA, será o da Comarca de Erechim/RS. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 8.666/93, demais normas aplicáveis e ao disposto no edital de pregão eletrônico nº 002/2021.

CARLOS ALBERTO BORDIN
Presidente do CIRAU

EMPRESA: _____
Representante Legal

**ANEXO IV****MINUTA CONTRATO Nº****CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONserto DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO**

Contratante: _____, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede administrativa na _____, neste ato por seu Prefeito.

Contratado: _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na Rua _____, neste ato representada por seu _____, firmam o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Objeto: _____

Cláusula Primeira: O presente contrato regula-se por suas cláusulas e preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Cláusula Segunda: O preço justo e acertado que o município pagará à contratada, nos termos do objeto deste contrato, será de R\$ _____.

Parágrafo Único: O pagamento será efetuado em até _____, mediante nota fiscal, entrega e aceitação dos produtos.

Cláusula Terceira: O presente contrato terá validade de _____.

Cláusula Quarta: As despesas decorrentes do programa do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária consignada na lei de meios.

Cláusula Quinta: Constituem direitos do Contratante receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da Contratada perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionado.

Cláusula Sexta: O presente contrato poderá ser rescindindo, por qualquer das partes e a qualquer tempo, nas seguintes situações:

- a) amigavelmente por acordo entre as partes;
- b) unilateralmente pela Administração desde que haja interesse público e conveniência administrativa;
- c) por não mais interessar a uma das partes, com comunicação prévia com no mínimo 30 dias de antecedência;
- d) naquelas previstas na lei de licitações.

Cláusula Sétima: O presente contrato é pactuado em observância a Lei nº 8.666/93 e suas alterações e em adesão a Ata de Registro de Preços n. _____, do Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai – CIRAU.

Cláusula Oitava: As partes elegem o foro da Comarca de Erechim-RS, como competente para dirimir eventuais dúvidas decorrentes do presente contrato.

E por estarem assim justos e acordados lavrou-se o presente termo em duas vias de igual teor forma que após lido e achado conforme é assinado para que surta seus efeitos.

Data _____

Município Contratante

Contratada

Testemunhas:

**ANEXO IV
ESTIMATIVA INTEGRAL DOS ITENS (UNIDADE)**

ITEM	ARATIBA	CENTENÁRIO	CRUZALTENSE	ENTRE RIOS DO SUL	FLORIANO PEIXOTO	GAURAMA	GETÚLIO VARGAS	IPIRANGA DO SUL	ITATIBA DO SUL	JACUTINGA	MARCELINO RAMOS	MARIANO MORO	PONTE PRETA	QUATRO IRMÃOS	SEVERIANO DE ALMEIDA	TOTAL
1.	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	450
2.	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	480
3.	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	390
4.	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	315
5.	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	465
6.	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	330
7.	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	300
8.	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	105
9.	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	105
10.	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	105
11.	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	105
12.	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	105
13.	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	12000
14.	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	12000
15.	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	12000
16.	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	105
17.	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	105
18.	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	105
19.	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	105
20.	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	105
21.	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	105
22.	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	105
23.	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	105
24.	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	105
25.	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	135
26.	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	210
27.	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	225
28.	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	300
29.	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	300
30.	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	135
31.	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	330
32.	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	105
33.	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	285
34.	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	345
35.	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	135
36.	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	30
37.	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	330
38.	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	75
39.	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	75
40.	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	75
41.	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	195
42.	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	195
43.	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	195
44.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1



CIRAU

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL
DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI

OBS.: A estimativa indicada nessa Tabela é meramente referencial, sendo utilizada para efeito de determinação de quantitativos e definição de limites para adesão de outros Entes à Ata de Registro de Preços, não caracterizando, em qualquer hipótese, direito subjetivo dos licitantes à entrega da integralidade do quantitativo indicado, o qual será solicitado na medida do interesse dos Municípios consorciados.